

# Para uma Sociologia dos Intelectuais\*

Elide Rugai Bastos<sup>I</sup>

André Botelho<sup>II</sup>

<sup>I</sup>Professora do Programa de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: eliderugai@uol.com.br.

<sup>II</sup>Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: andrebotelho@digirotas.com.br

O leitor precisa ler de certa forma para ler bem: o autor não deve se ofender com isso, mas, ao contrário, conceder a maior liberdade ao leitor dizendo-lhe: “Veja você mesmo se enxerga melhor com esta lente aqui, com aquela ou com aquela outra”

(Marcel Proust, *Le Temps Retrouvé*, 1927)

O artigo discute a contribuição da obra de Sergio Miceli para a consolidação nas últimas três décadas de uma área de pesquisa voltada, no âmbito da Sociologia da Cultura, especificamente para a análise dos intelectuais no Brasil. *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)*, de 1979, impõe-se de modo central nesse programa. Combatendo à pretensão dos intelectuais de serem portadores de uma *missão civilizatória* capaz de colocá-los acima dos conflitos na sociedade – representação que, segundo Miceli, perpassa todo o espectro ideológico brasileiro, do conservadorismo ao liberalismo, passando pelo socialismo –, o livro contribuiu decisivamente para definir os contornos do tratamento sociológico daquela problemática. Para o que sem dúvida têm concorrido ainda tanto os notáveis desdobramentos analíticos dados a ele pelo autor em pesquisas posteriores, quanto à polêmica que

---

\* Trabalho apresentado no seminário *A Sociologia da Cultura no Brasil e a Obra de Sergio Miceli*, realizado na Universidade de São Paulo (USP) nos dias 14, 15 e 16 de setembro de 2005.

tem acompanhado sua recepção, da qual permanece emblemático o célebre e já indissociável prefácio que Antonio Candido (2001) escreveu para o livro.

Abordando as relações dos intelectuais com as classes dirigentes como estratégicas para a explicação das posições por eles assumidas no “mercado de postos” em expansão na sociedade brasileira entre 1920 e 1945 tanto no setor privado quanto no público, em especial nas estruturas de poder do Estado, Miceli expõe a matriz dos interesses subjacente ao *ethos* da desvinculação social historicamente cultivado por essas minorias ativas a respeito de si próprias. Ao lado deste, por assim dizer, golpe desferido à sua própria “comunidade”, as considerações minuciosas e sem cerimônias feitas por Miceli sobre certos detalhes inusitados da vida privada de alguns ícones da intelectualidade pátria realimenta a polêmica que o livro tem suscitado<sup>1</sup>.

Especificar a contribuição metodológica de *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)* para uma sociologia dos intelectuais não constitui tarefa simples. Discutir metodologia traz como exigência que se mostre de que modo a operacionalização de uma análise implica sempre em certas escolhas não apenas relativamente a materiais de pesquisa, mas também a perspectivas teóricas específicas que informam a construção do objeto. Na Sociologia a dinâmica analítica de construção de um objeto realiza-se de modo cumulativo, isto é, direta ou indiretamente associada às contribuições anteriores, concorrente a outras perspectivas teórico-metodológicas contemporâneas e variável quanto à própria articulação entre teoria e método. Por isso torna-se inevitável mobilizar elementos que não se encerram ordeiramente simplesmente no âmbito manifesto de qualquer proposta, embora se deva sempre partir dele. Nossa hipótese, nesse sentido, é de que, a despeito do privilégio dado à investigação dos elementos internos das estratégias de inserção dos intelectuais, a análise de Miceli deixa em tensão a suposição da autonomia de um “campo intelectual” e suas relações com o processo social mais amplo. Pelos motivos expostos não estamos reivindicando o uso da categoria “campo intelectual” em todos os trabalhos e com o mesmo peso empírico e analítico no conjunto da obra de Miceli, embora a problemática a ela referida seja crucial nas escolhas metodológicas e narrativas do autor. Vale mencionar, ainda, que o autor também emprega a categoria “campo de produção cultural” (Miceli, 2001a:83, por exemplo).

Procurando especificar a contribuição metodológica de *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)* para uma sociologia dos intelectuais, para o que recorreremos também a diferentes textos de Sergio Miceli, começamos pela discussão da nossa hipótese geral acima apresentada. Passamos, em segundo lugar, à discussão do enquadramento teórico dado por Miceli ao fenômeno social das relações entre intelectuais e classes dirigentes. Consideramos que o autor equaciona analiticamente esse tema mais vasto como uma relação entre “posição social” e “estruturas de poder” num contexto de transição de formas de sociedade tradicional à moderna, no qual se entrelaçam de modo dinâmico formas de sociabilidade e de condutas referidas a ordens sociais distintas. Nessa seção, tendo em vista o caráter cumulativo da produção sociológica, destacamos a relevância do tema e do próprio enquadramento teórico a ele dado por Miceli, lembrando algumas proposições de Gilberto Freyre e de Florestan Fernandes. Em terceiro lugar, discutimos a metodologia de que Miceli lança mão para operacionalizar em termos próprios a análise daquela relação entre “posição social” e “estruturas de poder” num contexto de mudança social que identificamos na tradição sociológica brasileira. A esse respeito, consideramos que a contribuição metodológica de Miceli consiste na reconstrução do perfil da elite intelectual através especificamente da trajetória e biografia exemplares de alguns de seus membros, que o autor identifica aos “métodos prosopográficos” utilizados no estudo do mesmo tema em diferentes formações sociais. Por fim, na conclusão, recuperamos a discussão de Miceli sobre outras perspectivas teórico-metodológicas contemporâneas e concorrentes à sua, lembrando do balanço que fez da produção analítica sobre intelectuais brasileiros (Miceli, 1999). Nele, a constatação do expressivo crescimento da literatura especializada entre 1970 e 1995 leva Miceli a falar, com toda razão, numa “nova frente de estudos e pesquisas” na sociologia brasileira sobre os intelectuais. Perguntando, no entanto, pelo produto do trabalho dos intelectuais, aspecto não contemplado no programa de Miceli, argumentamos a favor de uma nova compreensão das ideias como forças sociais reflexivas na agenda da Sociologia contemporânea.

## MACRO E MICROTEORIZAÇÃO

Para que se possa compreender *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)* é fundamental levar em conta o “contexto intelectual” de sua formulação. Reconhecendo o contexto sociológico como fortemente marcado pelas perspectivas macro de análise de processos sociais de

longa duração, como a formação do capitalismo dependente no Brasil, por exemplo, faz sentido considerar que as inegáveis originalidade e riqueza analítica do livro de Sergio Miceli estão em parte associadas justamente à valorização de certos aspectos microssociológicos até então pouco explorados. O livro abriu de fato novas fronteiras de pesquisa voltadas para a análise da dinâmica sociológica das regras e das estratégias cotidianas de inserção e de viabilização das carreiras dos intelectuais dentro dos marcos institucionais dominantes da primeira metade do século XX. Nesse sentido, Miceli procura filiar seu trabalho, como diz na primeira e muito significativa nota de pé de página do livro, “à tradição de uma história social das classes encaradas do ângulo de sua dinâmica interna, vale dizer, dos processos que dão conta tanto dos padrões de identidade e do estilo de vida como das mudanças e clivagens que presidem sua diferenciação em grupos e frações especializados” (id., 2001a:247).

A estratégia metodológica de Miceli pôde se impor de modo crescente como uma alternativa às macrointerpretações histórico-sociológicas da formação da sociedade brasileira. Talvez porque a tese da desvinculação social dos intelectuais, que ele tratava de combater, aparecesse em vários momentos associada às análises que procuravam dar conta justamente da articulação entre cultura e política no âmbito dos processos de modernização e construção do Estado-nação. Ou ainda, das análises que situavam aquela articulação entre cultura e política no quadro da particular configuração histórica da revolução burguesa no Brasil, que tem como um dos principais efeitos o inevitável entrelaçamento dessas duas dimensões da vida social. Para isso concorrera sobremaneira, sem dúvida, a orientação normativa, mas nem sempre explicitada, das categorias analíticas de “campo” e de “*habitus*” tomadas a Pierre Bourdieu (1974; 1989; 2002, por exemplo), o orientador da pesquisa que originou o livro em questão.

Assim, é possível dizer que *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-45)* parte da separação analítica das dimensões cultural e política proposta por Bourdieu, daí decorrendo o privilégio dado, por Miceli, à investigação dos elementos, da organização e do funcionamento internos das estratégias de inserção social dos intelectuais como fatores explicativos de uma dinâmica social. Todavia, como enunciamos anteriormente, o método empregado no livro parece-nos realizar-se deixando em tensão, no plano analítico, a suposição da autonomia daqueles fatores internos, de um lado, e suas relações inclusivas com os

processos sociais e históricos mais amplos, de outro. Por isso o livro não pode ser satisfatoriamente apreciado, a nosso ver, se o entendermos apenas como uma exemplificação da dinâmica de relações internas ao “campo” e entre os diferentes grupos de agentes que detêm posições e objetivos próprios nele. Embora essa seja uma dimensão metodológica central do livro, não nos parece que Miceli esteja sugerindo com a análise realizada que aquelas relações internas ao “campo” seriam suficientes, no caso brasileiro da primeira metade do século XX, para a definição das suas fronteiras, bem como das zonas de influência resultante das interações entre seus agentes especializados.

Na conclusão do livro, de fato, fazendo o balanço do relativo sucesso das estratégias de que lançaram mão os diferentes grupos de intelectuais analisados para sua incorporação às estruturas de poder em meio ao processo mais amplo de reconversão das elites em declínio no período, o autor observa que, pelo fato de “haver lidado com um campo de produção cultural que dispunha de um grau restrito de autonomia em relação às demandas da classe dirigente, quase todos os grupos de escritores focalizados, com exceção dos romancistas, derivam sua identidade e o perfil de seus investimentos intelectuais das obrigações que essa filiação política lhes impõe” (Miceli, 2001a:245). Voltaremos a este ponto, mas queremos observar desde já que também a exceção que Miceli faz em relação aos romancistas, acima transcrita, diz respeito mais às possibilidades efetivas que concorreram para alterar os antigos padrões exclusivistas de dependência dos intelectuais com relação às elites dirigentes e ao Estado, do que propriamente à conquista de autonomia por parte desse segmento intelectual. Essas possibilidades teriam sido favorecidas por certas transformações cruciais então em curso no mercado de trabalho cultural como parte de um processo mais amplo de transição social, ilustrado pela expansão do setor editorial e a concomitante constituição de um mercado do livro por “substituição de importações” beneficiada pelo significativo êxito comercial da literatura de ficção no país.

Nesse contexto, se mesmo as preferências do novo público leitor pelo gênero romance puderam concorrer, como mostra Miceli, para retirar a literatura da tutela exclusiva dos “mecenas” privados ou públicos e colocá-la sob as chamadas “leis do mercado”, as possibilidades que alguns escritores encontraram para dedicar-se à literatura de ficção como principal atividade profissional não se generalizaram sequer entre os romancistas do período. O exercício da vocação artística na maio-

ria dos casos não se fez senão como prática subsidiária, já que, como no caso de Orígenes Lessa, Graciliano Ramos, Ciro dos Anjos, Rachel de Queiroz, José Geraldo Vieira entre outros, “parcela substantiva de seus rendimentos provém de atividades profissionais externas ao campo intelectual e artístico” (id., 2001a:187).

Assim, se alguma “autonomia” de um “campo intelectual” pode ser divisada nesse processo, “autonomia” aqui não parece significar senão que a vida intelectual ganhava densidade e complexidade suficientes a ponto dos intelectuais poderem passar a almejar regerem sua vida como coletividade social por uma lógica distinta daquela vigente quando da sua dependência direta das oligarquias tradicionais e do Estado na Primeira República. Pois nos anos 1930-1940, ainda que em si mesmo já não seja fator suficiente para definir o destino dos intelectuais, permanece sua dependência em relação ao “favor” das classes dirigentes e do Estado. Noutras palavras, isoladamente, os intelectuais não conseguiram assumir um papel decisivo no processo social capaz de influenciá-lo na base dos seus interesses materiais e imateriais específicos. A dinâmica dos interesses dos intelectuais em formação parece assim mais reativa às transformações pelas quais a sociedade passava, do que propriamente constituinte de um “campo” autônomo a partir do qual tornar-se-ia possível garantir sua independência face não apenas das demandas como dos imperativos de autoridade das elites dirigentes e do Estado.

Se assim não fosse por que desmascarar a pretensão manifesta dos intelectuais em se constituírem como os “portadores da síntese” dos interesses em conflito na sociedade? Pretensão que se realiza através da difusão e rotinização de valores para além, obviamente, das fronteiras do próprio campo especializado considerado. Por que entender a aproximação dos intelectuais ao Estado Novo em termos de “cooptação”, se não estivessem em jogo também, e em medida significativa, as possibilidades históricas oferecidas para interação e interdependência do “campo” e a sociedade como um todo? E, se o “*habitus*” é mesmo explicativo do estabelecimento das disposições subjetivas de orientação das condutas de atores sociais como “intelectuais”, por que recorrer às suas origens sociais para equacionar suas relações com a sociedade e com o Estado?

Afinal, dentre os maiores méritos da sociologia dos intelectuais de Sergio Miceli está sem dúvida o de ter demonstrado um aspecto central da

Sociologia brasileira, mas nem sempre levado em conta nas explicações sobre a “difícil” distinção entre público e privado no Brasil. Qual seja, o de que essa “dificuldade” não decorre apenas de uma circunstância preponderante das formas associativas aos círculos familiares, mas implica também o fato de que, quando afinal esses círculos são ultrapassados pela constituição de uma esfera de “vida pública”, essa passagem não se faz acompanhar necessariamente por formas de orientação da conduta distintas daquelas próprias à esfera de “vida privada”. Não é outro, aliás, o sentido da filiação que Miceli procura fazer do seu trabalho a *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, a *Os Donos do Poder* (1958), de Raymundo Faoro, e a *São Paulo e o Estado Nacional* (1975), de Simon Schwartzman, pelo diagnóstico presente neles sobre “a persistência de mecanismos de cooptação, impregnando os padrões de concorrência estimulados pelos processos de urbanização e industrialização” como “o cerne da história das transformações políticas no Brasil contemporâneo” (Miceli, 2001:244).

Assim, ao contrário do modelo francês analisado por Bourdieu (2002, por exemplo), Sergio Miceli está tratando de uma situação em que, na melhor das hipóteses, um “campo intelectual” estaria em vias de formação e ainda não inteiramente consolidado do ponto de vista sociológico. O que implica, ainda, deslocamentos e adaptações significativas das categorias analíticas do sociólogo francês quando aplicadas ao caso brasileiro<sup>2</sup>. Nesse sentido seria um contrassenso em termos teóricos circunscrever a contribuição de *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)* como devedora exclusivamente da sociologia de Bourdieu. Se não faltam entre nós aplicações mecânicas da proposta metodológica do sociólogo francês, não se pode perder de vista, contudo, que as análises de Sergio Miceli surpreendem a expectativa da sempre difícil, mas às vezes fecunda, aclimatação das chamadas ideias “importadas” ao contexto brasileiro. Vale como exemplo da síntese operada na análise sua discussão sobre a formação de um mercado de bens culturais por “substituição de importações” para dar conta da crescente produção do gênero romance a partir da década de 1930.

Ressaltamos que a hipótese que estamos apresentando para debate não é de modo algum “externa” ou “periférica” a *Intelectuais e classes dirigentes*. Afinal, tratar-se-ia nele de identificar a lógica específica e as particularidades da vida intelectual no Brasil. Por isso, voltando à primeira nota de pé de página do livro, seu trabalho deveria muito mais, como sustenta Miceli, “à leitura de estudos a respeito da vida intelectu-

al em outras formações sociais do que ao projeto de por à prova um determinado modelo teórico” (Miceli, 2001a:247). A afirmação dá uma pista estimulante sobre o método adotado por Miceli, e que a nosso ver é decisiva para entender a originalidade do seu enfoque. Afirmando-se devedor da “leitura de estudos a respeito da vida intelectual em outras formações sociais” – como os de Antonio Gramsci sobre a Itália, de Pierre Bourdieu sobre a França, de Raymond Williams sobre a Inglaterra e de Fritz K. Ringer sobre a Alemanha – para “detectar as peculiaridades da condição intelectual na sociedade brasileira” (ibid.), Miceli indica claramente que incorpora a perspectiva histórico-comparada no plano da concepção e da construção teórica do objeto. Ainda que não o faça no plano do método, uma vez que não procede a análise cotejando ou confrontando explicitamente o caso brasileiro aos de outras formações sociais. Tampouco parece se perguntar sobre as possíveis razões sociológicas explicativas da recorrência de certos traços característicos do protagonismo social dos intelectuais em certas sociedades e não em outras, a começar pelo próprio cultivo da ideia de missão que, ao fim e ao cabo, busca combater.

A força catalisadora de *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)* deve ser buscada no contexto intelectual em que se anunciava o movimento de negação das sínteses e de descrença nas generalizações nas Ciências Sociais. O que se coloca em questão, ainda, é em que medida, em primeiro lugar, a tensão analítica entre as dimensões micro e macrossociológicas de análise identificada no livro é teoricamente elaborada, e qual seu rendimento analítico específico. Em segundo lugar, em que medida a experiência dos intelectuais por ele tratada está condicionada a uma interpretação da própria particularidade ou singularidade da formação da sociedade brasileira, ainda que esta dimensão macro não seja, para Miceli, explicativa das relações entre intelectuais e classes dirigentes.

## INTELECTUAIS E MUDANÇA SOCIAL

As relações entre “posição social” e “estruturas de poder” no Brasil exploradas em *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)* foram identificadas anteriormente, em diferentes perspectivas analíticas, na Sociologia brasileira. Como esquecer, nesse sentido, das considerações de Gilberto Freyre em *Sobrados e Mucambos* (1936) sobre a ascensão do bacharel no contexto de urbanização/ocidentalização da sociedade brasileira marcado pelo declínio dos setores agrários tradicionais? Fi-



lhos legítimos, ilegítimos ou meramente agregados das famílias patriarcais, ou ainda provenientes da nova burguesia das cidades, os bacharéis seriam os ícones por excelência de uma nova aristocracia urbana em expansão desde o começo do Império:

Nos jornais, notícias e avisos sobre “Bacharéis formados”, “Doutores” e até “Senhores estudantes” principiaram desde os primeiros anos do século XIX a anunciar o novo poder aristocrático que se levantava, envolvido em suas sobrecasacas ou nas suas becas de seda preta, que nos bacharéis-ministros ou nos bacharéis-desembargadores, tornavam-se becas “ricamente bordadas” e importadas do oriente. Vestes quase de mandarins. Trajos quase de casta. E esses trajos capazes de aristocratizarem homens de cor, mulatos, “morenos”. (Freyre, 1951:966)

Trata-se de um processo de mobilidade social que se realiza mediante a dependência dos bacharéis e de suas conexões com as famílias senhoriais, cuja decadência não significava, porém, exatamente o desaparecimento do seu poder, como bem ilustra, por sua vez, a capacidade demonstrada por esses setores sociais tradicionais de instalar seus dependentes, os bacharéis, nas modernas estruturas de poder do Estado que os havia antagonizado<sup>3</sup>. Por isso a ascensão dos bacharéis sintetiza, para Freyre, como, em meio aos dilemas trazidos pela urbanização, a estrutura do mundo agrário permanece na nova organização modificando o caráter da cidade, ainda que esse desenvolvimento aprofunde a decadência do patriarcado. Na Introdução à segunda edição de *Sobrados e Mucambos*, referindo-se a texto a ser posteriormente escrito, diz:

Não é sem razão que a gente antiga do Recife chamava ao beco que ia do centro da cidade ao Cemitério de Santo Amaro de “Quebra Roço”. “Roço” é brasileiro que quer dizer [...] “presunção, vaidade, orgulho”. E é como o tempo – e através do tempo, a dissolução das instituições, e não apenas a dos indivíduos – age sobre as casas e os túmulos [...]: quebrando-lhes o roço. O roço do que o patriarcado no Brasil teve de mais ostensivo, isto é, a sua arquitetura característica [...] com que as famílias patriarcais ou tutelares pretenderam firmar seu domínio não só no espaço como no tempo – vem sendo quebrado à vista de toda a gente. (Freyre, 1981:LXII)<sup>4</sup>

Mas a decadência não significou a desaparecimento desse poder, pois a organização da sociedade em novas bases não prescindiu de sobrevivências patriarcais. Para Freyre essa acomodação significa a continuidade

da ordem que caracteriza a sociedade brasileira, “[...] isto é, da ordem já burguesa mas ainda patriarcal, que constituía a segurança da sociedade brasileira” (id., 1981:LXX). No entanto, o que paulatinamente vai desaparecendo é a variedade de tipos e formas sociais que marcava a sociedade colonial, resultado do processo de civilização homogeneizador operado pelo Estado imperial preocupado com a manutenção da ordem assentada em bases novas: uma ordem impessoal. Rompe-se, assim, a aliança Estado/patriarcado, precipitando a decadência da experiência patriarcal fundada nas relações pessoais. Interrompe-se, com isso, o equilíbrio de antagonismos que era a marca da sociedade colonial e abre-se espaço para conflitos que se explicitam tanto no espaço privado quanto no público.

Do ponto de vista teórico, a discussão de Freyre sobre a ascensão dos bacharéis é ilustrativa da sugestão de que, no Brasil, a mudança social não ocorreu por rupturas bruscas com relação ao passado, mas através de processos de acomodação. Não resta dúvida de que Freyre analisa os conflitos e suas soluções via processos sociais. Embora presentes em todas as sociedades, é a forma como uns assumem preponderância sobre os outros que conferiria as características de cada formação social. Aponta, nesse sentido, como equívoco considerar “competição” e “conflito” como dois processos diferenciados, quando o analista também separa a ordem social, à qual pertence o primeiro, da ordem política, com a qual se identifica o segundo. Indica a raiz do equívoco no fato de os sociólogos considerarem cooperação, competição, assimilação, acomodação, imitação, diferenciação, dominação, exploração, subordinação como mecanismos especiais separados do processo básico – o contato – e do geral – a interação. Assim, para ele, o centro da reflexão sociológica deverá ser o estudo do contato e da interação, e isto só se torna possível a partir da análise das relações face a face.

O grupo tratado em *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)* está mais próximo dos intelectuais abordados em “Desenvolvimento Histórico-Social da Sociologia no Brasil” de Florestan Fernandes, redigido em 1956 e publicado na íntegra em 1957 no volume VII, n<sup>os</sup> 75 e 76, de *Anhembi*. Nele o autor destaca o modo pragmático como os intelectuais da Primeira República estabeleceram sua relação com a política e como esse pragmatismo constituía uma forma de reação à crise social por que passava a sociedade. Formados em meio à desagregação da ordem social monárquica e escravocrata e à emergência, do seio desta, de um novo regime de trabalho e de organização política e social, com a

República, não foi possível àquela geração de “pioneiros” da Sociologia uma adesão política unívoca e progressista face aos desafios do tempo. Ela não teve, em suma, como fugir a uma coexistência ambígua entre formas pretéritas e certas antecipações ainda não inteiramente objetivadas do futuro que caracterizariam as épocas de transição, e de cuja equação, aliás, parece sempre depender a visão do momento presente. Confrontados pela percepção de que a Abolição não havia promovido a integração dos escravos e dependentes à sociedade de classes e de que a República fora em muitos aspectos apenas uma reforma de Estado, os dilemas e impasses dos intelectuais do período parecem constituir um tipo de dialética sem síntese entre *ruptura* e *continuidade* que, aparentemente, enreda a todos eles, independente, num certo nível, de suas próprias orientações ideológicas ou veleidades sociais.

No âmbito da Primeira República, afinal, como havia mostrado Florestan Fernandes em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965), as inovações institucionais e a liberalização jurídica-política acabaram por ficar circunscritas apenas à adaptação da grande empresa agrária ao regime de trabalho livre e às relações de troca no mercado que ela, ao menos em tese, pressupunha. No mais, como sugere, “continuaram a imperar os modelos de comportamento, os ideais de vida e os hábitos de dominação patrimonialista, vigentes anteriormente na sociedade estamental e de castas. Para que a ordem social competitiva pudesse expurgar-se desses influxos constrictivos e perturbadores, consolidando-se numa direção especificamente “burguesa”, “liberal-democrática” e “urbana”, impunha-se que surgisse nas cidades um sistema de produção que as equiparasse ao campo ou as tornasse independentes dele” (Fernandes, 1965:25). E como tal condição ter-se-ia delineado lentamente “e só demonstra certo vigor, malgrado as debilidades e as incertezas da industrialização, meio século depois da Abolição e da Proclamação da República”, nada poderia impedir que “a ordem social competitiva se ajustasse às estruturas persistentes daquele regime” (id., 1965:26).

É nesse contexto em que as condições sociais de constituição de maior autonomia para os intelectuais face às elites dirigentes pareciam extremamente prejudicadas, portanto, que a relação pragmática estabelecida por esses atores sociais com a política nas primeiras décadas republicanas adquire sentido. Para os círculos intelectuais do período, observa Florestan, o pragmatismo representava uma das “consequências intelectuais da desagregação do regime escravocrata e senhorial”, no

âmbito da qual, “surgiu a disposição de reagir aos efeitos da crise por que passava a sociedade brasileira, mediante a intervenção prática na organização seletiva dos fatores de progresso econômico e social” (id., 1980:35). Por isso, prossegue, “o interesse pela análise histórico-sociológica do presente assumiu, nesses círculos, um caráter pragmático. Entre todos, predominava a ideia de que o conhecimento objetivo da situação brasileira constituía uma condição para a formulação de uma política realista mas patriótica” (ibid.).

Todavia, esclarece Florestan em passagem decisiva para nossos propósitos: “No fundo, esta orientação resultava do receio e do ressentimento que as perspectivas de prejuízos na posição dominante dentro da estrutura de poder instavam no ânimo dos descendentes das antigas famílias senhoriais” (ibid.). A evidência do enraizamento social dessa orientação Florestan encontra no “valor atribuído à organização política como meio para restringir seletivamente os influxos do desenvolvimento econômico, social e político-administrativo do país e como instrumento para manter a liderança na mão das elites constituídas” (ibid.). Nesse quadro, as obras de Alberto Torres “conseguiram estabelecer tipicamente a ligação entre a análise histórica e as intenções pragmáticas”, desempenhando mesmo “o papel pioneiro na formulação pragmática do pensamento sociológico do Brasil” (ibid.).

Do confronto dessas proposições sobre relações entre “posição social” e “estruturas de poder” para o entendimento do tema dos intelectuais no Brasil pode-se inferir, em primeiro lugar, que, embora com sentidos distintos, tanto Gilberto Freyre quanto Florestan Fernandes apontam para a hipótese de que uma estrutura social fortemente hierarquizada não favorece, senão precariamente, a inclusão social dos intelectuais, como de resto dos grupos sociais em geral, dissociada das relações de parentesco, de afinidade, de amizade típicas das formas tradicionais de paternalismo e proteção de um grande proprietário. Em segundo lugar, resguardadas novamente as diferenças de sentido que guardam entre si, essas considerações sobre os limites da mobilidade social numa ordem rigidamente estratificada inscrevem-se, do ponto de vista sociológico, na discussão mais ampla sobre mudança social no Brasil. Isto é, são indicativas da sugestão de que as relações entre “posição social” dos intelectuais e “estruturas de poder” devem ser analisadas tendo em vista o contexto de transição de formas de sociedade tradicional para a moderna em que se inserem.

O desafio de explicar a manutenção de certas formas tradicionais nas relações sociais, como as da sociedade oligárquica, num quadro mais amplo de modernização acabou por constituir um dilema que de um modo ou de outro os sociólogos brasileiros tiveram que enfrentar. Mas não se trata de pensar a mudança social num sentido linear, já que, no movimento da sociedade, “tradicional” e “moderno” vão invadindo as premissas uns dos outros como modalidades de relações sociais, e redefinindo-se mutuamente e aos contornos da própria sociedade. Abrem-se, então, novas possibilidades para a atuação dos intelectuais e para a influência que eles próprios procuram com maior ou menor sucesso exercer na modelagem da passagem de uma época social para outra. Isso ocorre sem que, no entanto, nesse processo de mudança social, eles percam completamente os vínculos, valores e vícios da ordem patriarcal ou estamental. Embora o tema dos intelectuais seja tratado tangencialmente, as proposições de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes a seu respeito circunscrevem, em grande medida, o campo problemático em que se move, na tradição sociológica brasileira, mas em termos próprios, *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)*.

As relações entre os intelectuais e a classes dirigentes no Brasil na primeira metade do século XX são formuladas analiticamente por Sergio Miceli também nos termos de uma relação entre “posição social” e “estruturas de poder”. Além disso, também inscreve essas relações no contexto de transição de formas de sociedade tradicional para a moderna, do qual advém a dinâmica dos interesses dos intelectuais, condicionada, por sua vez, ao caráter particular dos processos de mudança social no Brasil. Assim, pode-se entender tanto a escolha dos três setores em expansão no mercado de trabalho por cujos postos os intelectuais teriam concorrido, quanto as alterações relativas ao recrutamento dos intelectuais e à própria dinâmica da vida cultural.

No primeiro caso, Miceli destaca e analisa (1) a consolidação e ampliação de um mercado de postos públicos associadas, de um lado, às posições já tradicionalmente ocupadas pelos intelectuais nas estruturas de poder no âmbito do Estado, de outro, aos processos de racionalização e de burocratização pelos quais essas estruturas de poder passavam, e ainda, ao sentido estratégico que o trabalho cultural assumiu na legitimação da centralização da autoridade pública operada pelo Estado Novo; 2) o surgimento de um mercado do livro resultante da constituição de um novo público leitor composto de burocratas do Estado, profissionais liberais, profissionais da educação, empregados do setor pri-

vado e demais categorias próprias ao mundo urbano e industrial então em expansão; e 3) a criação de postos nas frentes de mobilização política e ideológica, seja (i) no âmbito das disputas internas entre as organizações partidárias de São Paulo, como o Partido Republicano Paulista (PRP), ao qual Oswald de Andrade esteve ligado, e o Partido Democrático (PD), do qual Mário de Andrade teria sido o “líder intelectual”; seja (ii) nas instituições culturais dependentes das elites locais que lograram – baseadas, num primeiro momento, no trabalho dos intelectuais e artistas modernistas, e, num segundo momento, na Universidade de São Paulo – estabelecê-las como um eixo hegemônico para a vida cultural de todo o país; seja ainda (iii) no âmbito do movimento integralista ou das entidades ligadas à Igreja Católica que, a exemplo do Centro Dom Vital, encarnando o projeto de uma “reação espiritualista” particularmente voltado para a intelectualidade, procurou não apenas responder aos desafios postos à Igreja num contexto de conflitos sociais próprios da sociedade moderna emergente nos anos 1920, como ainda influenciar as políticas do Estado para a área da educação e cultura, como mostra a atuação paradigmática de Alceu Amoroso Lima.

No segundo caso, Sergio Miceli qualifica detidamente as alterações relativas ao recrutamento dos intelectuais: se até a Primeira República os intelectuais dependiam fundamentalmente das redes de relações familiares e pessoais que podiam mobilizar como suportes político-sociais graças às suas origens sociais, na década de 1930 inicia-se a exigência de que possuam também outros distintivos, como os diplomas escolares e universitários, para se alçarem àquelas posições criadas no mercado de postos. Distintivos que acentuam não apenas a concorrência no “campo intelectual” em formação, como também a diferenciação e a hierarquização das posições internas em relação às próprias origens sociais dos recrutados. Em suma, com a decadência das antigas elites tradicionais, de um lado, e a entrada em cena de novos atores sociais em condições de fazerem representar os seus interesses, de outro, alterara-se a coalizão de forças políticas em disputa no contexto de expansão tanto da dinâmica capitalista quanto da dinâmica institucional do Estado-nação.

Nesse sentido, o argumento desenvolvido por Sergio Miceli é ambíguo. De um lado, sugere que as mudanças sociais em curso no mercado de postos entre 1920 e 1945 alteram efetivamente a dinâmica da vida cultural, como ilustram a diversificação e a diferenciação dos atores

sociais envolvidos, das atividades a serem desempenhadas, das oportunidades profissionais criadas, da competição instaurada, dos interesses em jogo e dos capitais sociais a serem mobilizados. De outro lado, essas mesmas mudanças não parecem suficientemente fortes, contudo, para romper com as bases sociais tradicionais em que a vida cultural vinha se formando e continuava em medida significativa assentada naquele contexto de crise e transição social.

Voltando à tradição sociológica brasileira, da qual, como se está sugerindo, parte substantiva provém da discussão de *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-45)*, deve-se observar, todavia, que, se como Florestan Fernandes, também Miceli equaciona, nos termos do primeiro, a orientação dos intelectuais da Primeira República descendentes das antigas famílias senhoriais ao “receio” e “ressentimento” desse segmento social com relação às “perspectivas de prejuízos” nas posições dominantes dentro das estruturas de poder, ao contrário do sociólogo paulista, o autor não tem em vista a obra desses intelectuais como foco analítico. Para Florestan, como vimos, aquela equação manifesta-se justamente na ênfase que os intelectuais deram ao tema da organização nacional em suas interpretações do Brasil, do que a obra de Alberto Torres permanece como paradigma. Embora não se refira a Florestan Fernandes, ao demarcar sua posição metodológica em torno da biografia dos intelectuais, e não das suas produções, como fator explicativo das suas relações com as elites dirigentes, Miceli afasta a possibilidade da perspectiva por ele proposta, argumentando que “a única maneira de diferenciar os membros dessa elite intelectual e burocrática é privilegiando o perfil de seus investimentos na atividade intelectual em detrimento do conteúdo de suas obras, tal como aparece reificado na história das ideias” (id., 2001a:210).

Por outro lado, a ênfase na biografia pode, à primeira vista, sugerir uma maior aproximação de Miceli à perspectiva de Gilberto Freyre, tanto no que diz respeito à valorização do cotidiano vivido como dimensão sociológica, quanto à valorização de base documental pouco convencional, como diários íntimos, biografias, correspondências, depoimentos pessoais orais e escritos entre outros. Todavia, do mesmo modo, não se pode negligenciar que, se o sociólogo pernambucano enfatiza recorrentemente no conjunto de sua obra, como a seu tempo e a seu modo também o fará Miceli, a importância dessas fontes para o estudo da sociabilidade e das relações familiares na reconstrução de uma “história íntima” do brasileiro, a biografia, em Freyre, não é explicati-

va das relações entre intelectuais e elites dirigentes, mas se inscreve no movimento mais amplo de mudança social por acomodação que particularizaria a sociedade brasileira. No que, aliás, Florestan Fernandes se aproxima de Gilberto Freyre, ainda que sem especificar a biografia como fonte ou ainda menos como fator explicativo como o fará décadas depois Miceli.

Por isso, argumenta Sergio Miceli, também “não parece convincente explicar essas obras [refere-se especificamente aos romances das décadas de 1930-40] invocando a tomada de consciência da situação ‘nacional’ por parte dos escritores cujas obras de estreia eram, sem rebuço, uma transposição literária de sua experiência pessoal” (id., 2001a:161). E, com relação às condições sociais decisivas que favoreceram as “estratégias de reconversão” a que os romancistas recorreram, “e que lhes permitiram se apropriar em chave simbólica do mundo social em que se viram colocados à margem da classe dirigente” (ibid.), assegura que “o elemento decisivo foi a diversidade de experiências de ‘degradação’ social que o declínio familiar veio propiciar, dando-lhes a oportunidade de vasculhar as diferentes posições de que se constitui o espaço da classe dirigente” (id., 2001a:163). Não por acaso, para “ilustrar as condições que permitiram a alguns escritores se tornarem romancistas profissionais”, afirma novamente Miceli, “basta apresentar a biografia de Érico Veríssimo” (ibid.:190).

## SOCIOLOGIA E PORTRAIT DE CLASSE

O recurso à biografia como estratégia analítica para especificar as relações entre “posição social” e “estruturas de poder” é justificada por Sergio Miceli nos seguintes termos: a reconstrução biográfica dos intelectuais permite, num “retrato de corpo inteiro”, flagrá-los nos “espaços de sociabilidade em que de fato se moviam e de onde extraíam a matéria-prima de suas obras e tomadas de posição” (Miceli, 2001a:411). Para qualificar a especificidade da contribuição metodológica de Miceli para uma sociologia dos intelectuais recorremos, neste ponto, além de *Intelectuais e classes dirigentes*, pontualmente também ao seu memorial apresentado para o concurso de professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo em 1992, intitulado “A construção do trabalho intelectual”; ao artigo “Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil)”, de 1980; e ao livro *A Elite Eclesiástica Brasileira*, de 1988. Assim, no plano propriamente metodológico, a recusa às pers-



pectivas macro ganha, como contrapartida, a ênfase na pesquisa empírica, ou o que Miceli chama de “análise circunstanciada do objeto”, em detrimento de “uma tradição arraigada de pensamento que prefere a amplitude das generalizações” (id., 2001a:348). Daí a minuciosa reconstrução biográfica com que, baseado em sistemática pesquisa empírica de fontes primárias, o autor oferece ao leitor um retrato particularmente vivo dos intelectuais.

A primeira observação que deve ser feita com relação a este método diz respeito ao estatuto analítico da biografia, já que a reconstrução biográfica dos intelectuais aparece recorrentemente tanto como “fonte” quanto como “método”. Embora algumas vezes reserve o termo “trajetória” para referir-se à reconstrução biográfica operada para a análise das biografias como “fontes”, em geral Miceli mostra-se pouco preocupado em distinguir biografia como “fonte” de biografia como “método”. A ênfase na pesquisa empírica talvez explique parcialmente por que, em várias passagens decisivas dos seus textos, Miceli enfatize mais os materiais de análise do que o método efetivamente mobilizado para interpretá-los. Mesmo quando se trata de discutir os chamados “métodos prosopográficos” por ele empregados em suas pesquisas, afirma estar “menos preocupado aqui em discutir a validade ‘teórica’ ou mesmo os limites heurísticos desse tipo de abordagem; preferiria discutir alguns dos determinantes sociais que regem a produção das fontes biográficas em que se apoiam os estudos de cunho prosopográfico no país” (ibid.). E reforça aquela impressão, argumentando que, no caso brasileiro, seria inevitável reconhecer que a “mera existência desse imenso acervo documental se prende às peculiaridades do processo de formação do poder no interior da classe dirigente, quer dizer, ao fato de que os laços familiares e corporativos desempenham um papel crucial nas estratégias de acumulação social dos diversos grupos dirigentes” (ibid.).

É significativo, também, o fato de Miceli insistir na diferenciação, por outro lado, entre “memória” e “biografia” como gêneros narrativos, e na tentativa de relacioná-los às diferentes posições ocupadas por seus autores no “campo intelectual”. Embora já tivessem sido testados em *Poder, sexo e letras na República Velha*, publicado em 1977, é em *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)* que o autor se utiliza de modo mais sistemático dos métodos prosopográficos e das distinções entre memórias e biografias. Em ambos os trabalhos, contudo, perma-

neca a ênfase nesses materiais como “fontes” para a pesquisa empírica. Assim, no primeiro deles, lê-se:

A seleção dos autores para este estudo foi determinada na prática pela existência de *memórias* publicadas e, em medida menor, pelo recurso à *biografia*. Os riscos em que tal procedimento poderia incorrer ficam bastante minimizados quando se levam em conta as propriedades sociais dos memorialistas e dos autores cujo processo de consagração inclui a reverência biográfica. Na verdade esses tipos de material fornecem dados e informações a respeito de categorias que ocupam momentaneamente posições diferentes no campo. Enquanto as biografias são dedicadas, via de regra, aos autores que os embates posteriores acabaram convertendo em objetos de uma consagração póstuma, o gênero *memórias* constitui uma estratégia a que recorrem no mais das vezes intelectuais dominados. (id., 2001:17)

Igualmente no segundo trabalho, mantêm-se a diferenciação de gêneros e sua correlação às posições no “campo de produção cultural”, bem como a ênfase no material como “fontes” empíricas da pesquisa e certa assimilação da metodologia a elas:

No intuito de vincular o espaço das oportunidades que então se abriam no âmbito das instituições culturais, no serviço público, no mercado editorial etc. ao círculo das famílias da classe dirigente que, por dispor de um mínimo de capital social, escolar e cultural, estavam em condições de reivindicar tais oportunidades em favor de seus filhos, utilizei, como fontes privilegiadas, as *memórias*, os diários íntimos, os volumes de correspondência, as biografias etc., dos diferentes tipos de intelectuais. Tais gêneros possibilitam apreender tanto as relações objetivas entre as posições ocupadas pelas diversas categorias de intelectuais no interior do campo de produção cultural, e as determinações sociais, escolares e culturais a que estão expostas, como as representações que os intelectuais mantêm com seu trabalho e, por essa via, com as demandas que lhes fazem seus mecenas e seu público. (id., 2001a:82-83)

Na sequência do trecho acima transcrito, advertindo mais uma vez sobre os riscos da “construção de um modelo coletivo com base na análise das variações de trajetórias individuais”, Miceli remete tais riscos, a rigor de ordem metodológica, justamente aos “limites impostos pelo material disponível” (id., 2001a:83). O mesmo tratamento retorna nos demais textos selecionados. No artigo “Biografia e cooptação”, observando que o interesse de outros pesquisadores pelas possibilidades de

uso dessas fontes documentais quase sempre se faz acompanhar pelo ceticismo quanto ao “rendimento explicativo desses materiais”, atribuiu essa reserva “à ausência de um cuidado metodológico trivial, que consiste em tentar explicitar as condições de produção das fontes com que lidamos, no intuito de indagar em que medida as características do material coligido remetem a propriedades sociais pertinentes dos grupos sob exame” (id., 2001a:349). E salienta que essa postura cautelosa com relação às fontes não constituiria “apenas uma questão fria de método” (ibid.).

Já no memorial “A construção do trabalho intelectual”, Miceli observa que, na tentativa, durante a sua tese de doutoramento, de se “livrar dos esquemas implícitos nas diversas correntes da história e da crítica literárias”, como uma “atitude de recusa à adoção das versões eruditas e ‘humanistas’ disponíveis acerca da vida intelectual brasileira”, teria acabado enveredando “por caminhos de prospeção que não havia de início identificado”, passando, então, a “acreditar que a exploração de veios inéditos de material traria subsídios instigantes a respeito dos intelectuais” (id., 2001c:406). Segundo observou ainda, tratava-se “de uma expectativa um tanto no atacado, sem que eu tivesse maior precisão quanto a como monitorar as pepitas e os pepinos porventura dispersos no material a ser investigado” (ibid.).

Do ponto de vista de Sergio Miceli, portanto, mais importante do que a distinção entre “método” e “objeto”, é a discriminação das condições sociais a partir e através das quais as “fontes” são construídas para expressar um tipo de autonarrativa das elites dirigentes – preocupação, aliás, também manifesta em certo sentido por Bourdieu (2003). Em “Biografia e Cooptação” Miceli deixa a questão clara, ao considerar que as fontes impressas e manuscritas “retêm a marca dos interesses, dos valores e das estratégias dos grupos sociais a que se referem”, já que são o produto de uma “atividade de simbolização mediante a qual esses grupos manifestam sua existência material, política e intelectual” (Miceli, 2001b:349). Afinal, para o autor, antes de serem “processados e transformados pelo pesquisador em provas do argumento explicativo, os materiais aí contidos são parte integral do repertório de imagens com que o grupo veicula e gere sua identidade” (id., 2001b:349-350). Em suma, retomando algumas dessas questões na conclusão de *A Elite Eclesiástica Brasileira* (1988), Miceli se afirma parte daqueles cientistas sociais “que ajuízam o mérito, o acerto ou a relevância dos resultados alcançados em parte como decorrência do domínio que o autor de-

monstra ao lidar com as fontes e materiais de que se serviu”, e afirma que tal procedimento “se revela indispensável àqueles estudiosos para os quais as definições correntes sobre quaisquer objetos são parte do objeto que se pretende desvendar, ou melhor, que não existe a rigor separação ou descontinuidade entre objetos e os materiais que falam dele, que o expressam ou que de alguma maneira lhe dão alguma forma de existência” (id., 1988:154).

A prioridade metodológica dada à biografia como fator explicativo sobre os processos sociais está, assim, relacionada à recusa das perspectivas macro. Recusa que, por sua vez, deve ser entendida também em função da contraposição que Miceli procura fazer à abordagem materialista então dominante. Como esclarece na segunda nota de pé de página de *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)*: “Embora fosse viável aprontar uma definição prévia do objeto segundo os cânones teóricos da análise materialista, estou convencido de que proezas desse gênero acabam descolando os instrumentos de análise dos materiais sobre os quais deverá investir” (id., 2001a:247). Afinal, argumenta, “a própria definição do que seja o fazer intelectual numa determinada conjuntura constitui, por si só, um dos móveis centrais que impulsionam a concorrência entre os diversos tipos de produtores em luta pela monopolização da autoridade de legislar em matéria cultural” (ibid.). Além disso, a possibilidade de “solucionar de antemão esse problema” segundo os cânones da análise materialista implicaria, segundo o autor, “lidar apenas com as representações que os intelectuais dominantes oferecem de si mesmos, logrando o tento de reduzir as relações que mantêm com seus patrocinadores e com seu público aos modelos de perfeição ética, estética e política, de que se valem no trabalho de administrar sua imagem oficial” (id., 2001a:247).

Note-se, no entanto, que a tentativa de contraposição à abordagem materialista adquire sentido justamente na medida em que se reconhece que Sergio Miceli está propondo a sua sociologia dos intelectuais como uma “sociologia classista dos intelectuais”, ainda que a categoria de “classe social” não seja tomada em versão materialista e que seja dada prioridade metodológica à biografia sobre o processo social. É do confronto entre os “componentes classistas e situação prevalecente no âmbito dos mercados que regulam a distribuição dos contingentes de classe relegados à atividade intelectual”, argumenta Miceli, “que se configura o argumento central da tese” (id., 2001a:242). É nesse sentido, portanto, que a ideia de “autointeresse” dos intelectuais como pa-

drão motivacional do seu comportamento social se inscreve no horizonte classista. Segundo aquilata Miceli sobre os resultados de *Intelectuais e Classes Dirigentes*, a “análise dos intelectuais permitiu revelar a imbricação entre determinações de classe que impelem à carreira intelectual e as demandas político-ideológicas que possibilitam a absorção dos efetivos ameaçados de serem despejados da classe dirigente” (id., 2001a:243). Da mesma maneira, é apenas num horizonte teórico classista que faz sentido equacionar as relações dos intelectuais com o Estado em termos de “cooptação”, relação que teria impregnado até “os padrões de concorrência estimulados pelos processos de urbanização e industrialização” (id., 2001a:244).

É justamente tendo em vista esse caráter classista da sociologia dos intelectuais de Sergio Miceli, que Daniel Pécaut considerou ambígua a sua noção de “interesse” como explicativa das estratégias dos intelectuais dos anos de 1920-1940 em suas recorrentes relações com o Estado (Pécaut, 1990). Afinal Pécaut vê nessas relações não a promoção dos interesses próprios dos intelectuais, mas a expressão da sua “conversão” à ação política (Pécaut, 1990:21), deixando clara inclusive sua identificação com o modo pelo qual esses atores sociais interpretaram suas próprias vicissitudes nos termos da “missão” de que se sentiam investidos. Respondendo à crítica, Miceli afirma que Pécaut procurou minimizar o “componente classista” na determinação do perfil dos intelectuais em favor do “privilegiamento das motivações políticas de sua presença na sociedade” (Miceli, 1999:114-115). E identifica como postulado central da análise do sociólogo francês o mecanismo de libertação dos intelectuais de

quaisquer constrações sociais não conversíveis de pronto em pedágio político. A despeito dos seus laços com as elites, os intelectuais brasileiros se enquadrariam, como que por encanto, nos requisitos da definição de Mannheim de uma “camada social sem vínculos”: livres da canga oligárquica do passado, de seu enraizamento clientelístico e dependente na estrutura social e, por esses motivos, aptos a formular e a assumir um ‘projeto’ de comando do Estado (id., 1999:115-116).

Sem necessariamente corroborar o argumento de Pécaut, vale observar que o sentido da sugestão de Mannheim sobre o papel dos intelectuais ganha inteligibilidade na medida em que levamos em conta o caráter inacabado da revolução burguesa em certas sociedades. E, conseqüentemente, a fragilidade das classes sociais nestas circunstâncias. Como

parece ser o caso do Brasil, como demonstrou Florestan Fernandes (1975).

É na construção de um campo problemático sobre o espaço de posições diferenciadas no interior das classes dirigentes brasileiras, e das próprias experiências cotidianas de classe abertas à análise por meio do rastreamento e exame das biografias, como forma de problematizar a compreensão das próprias relações de classe e poder na sociedade, que as diferentes pesquisas de Sergio Miceli parecem se encontrar e ganhar unidade. Campo problemático sem dúvida devedor das proposições de Bourdieu (1984), e desenvolvido por Miceli a partir e através de pesquisas sistemáticas na forma de estudos de casos empíricos sobre diferentes frações da elite brasileira – os intelectuais, os políticos, o episcopado, os artistas plásticos – que lhe permite demonstrar de modo integrado a concorrência, as alianças e dissensões entre as forças sociais que se organizam no interior das classes dirigentes. Noutros termos, retomando novamente sugestões feitas em *A Elite Eclesiástica Brasileira*, estudos de caso que lhe permitem demonstrar a “margem de manobra relativamente ampla” de que as diferentes frações de classe investigadas dispõem “para cobrar e fazer valer o quinhão que entendem ser o seu em termos institucionais e materiais e que muitas vezes acaba se revelando um óbice de proporções consideráveis a quaisquer políticas redistributivas que coloquem em risco seu interesse e privilégios” (id., 1988:158).

Em conclusão, a prioridade metodológica dada à biografia no quadro de uma sociologia classista dos intelectuais permitiria identificar e qualificar a heterogeneidade viva e contraditória sob a aparente homogeneidade de categorias macro como “classe social”. “Enquanto prevalecer a tendência de enxergar as relações de classe como o confronto entre entidades coletivas movidas por um destino inescapável, cuida-se pouco” – argumenta Miceli – “da heterogeneidade produzida por padrões de diferenciação sutilmente inculcados pelo sistema escolar, pela indústria cultural e pelas demais instituições que se incubem do trabalho cotidiano de veicular as linguagens que expressam as diferenças sociais sob a capa de diferenças biológicas, escolares, culturais etc.” (id., 2001a:245). E se insiste nesse ponto, diz Miceli, é “por acreditar que o trabalho de investigação em Ciências Sociais só tem sentido quando se dispõe a estourar os princípios de expropriação material e simbólica que permeiam as relações entre dominantes e dominados e cujos artifícios são fabricados pelas instituições que dependem dos

produtos do trabalho de nós mesmos, intelectuais” (ibid.). Mas se as instituições dependem dos produtos do trabalho dos intelectuais, como a citação anterior acaba de afirmar, a não incorporação da dimensão das ideias expressas na vida social à análise sociológica ou a sua redução à biografia constitui, exatamente, o principal limite heurístico da proposta de Sergio Miceli.

## E O PRODUTO DO TRABALHO INTELECTUAL?

Fazendo o balanço dos estudos sobre intelectuais brasileiros dos últimos vinte anos, Sergio Miceli sugere que o confronto entre os trabalhos “que mais contribuíram para moldar o espaço de debates e explicações” permitiria constatar duas tendências metodológicas principais: ora uma ênfase na “morfologia” e “composição interna do campo intelectual, suas instituições e organizações, o peso relativo da categoria dos intelectuais no interior dos grupos dirigentes”, ora a ênfase nas “modalidades de sua contribuição para o trabalho cultural e político” (Miceli, 1999:109). Nesse universo, seria possível distinguir, segundo o autor, três “modelos” orientadores das pesquisas: “o argumento sociológico com tinturas culturalistas, de minha autoria”, “o argumento doutrinário-politista, formulado pelo sociólogo francês e latino-americanista Daniel Pécaut” e “o argumento organizacional e institucionalista, concebido pelo sociólogo brasileiro Simon Schwartzman” (id., 1999:110)<sup>5</sup>.

O balanço privilegia, contudo, as abordagens de história social dos intelectuais que, em geral, não conferem papel relevante ao produto do trabalho simbólico desses atores sociais, as ideias, e, em alguns casos, ao sentido das ideias com relação aos processos sociais e políticos mais amplos. Afinal, como Miceli comenta em relação ao sentido dos seus próprios trabalhos, e do “modelo” criado a partir deles, tratar-se-ia de tentar contrapor-se, de um lado, à abordagem da “sociologia das ideias ou do pensamento, nos termos da tradição inaugurada por Mannheim”, e, de outro, à perspectiva que busca “definir as modalidades de contribuição dos intelectuais ao trabalho político numa sociedade a braços com um tumultuado e descompassado processo de transformação” (id., 1999:111). O autor não deixa de apontar motivos para descartar as perspectivas analíticas que contemplam a investigação sociológica das ideias. O principal deles refere-se ao fato de considerar que as obras dos intelectuais e, num sentido mais amplo, as ideias, são resultado de uma trajetória ou itinerário biográfico singular, e não de

tradições intelectuais ou de estruturas sociais. Assim, afirma que as obras dos intelectuais selecionados para a análise em *Intelectuais e classes dirigentes*, mesmo aquelas de ficção, seriam “sem rebuço, uma transposição literária de sua experiência pessoal” (id., 2001a:161)<sup>6</sup>.

Por isso, para diferenciar os membros da elite intelectual e burocrática seria necessário definir o “perfil de seus investimentos na atividade intelectual” em detrimento do “conteúdo de suas obras, tal como aparece reificado na história das ideias” (id., 2001a:210). Mesmo que alguns tenham sujeito diretamente seus escritos “às exigências postas pelos encargos da convocação política que os trouxe ao convívio com os núcleos executivos” e outros tenham procurado resguardar ao menos uma parte da sua produção intelectual das “injunções partidárias e das demandas que lhes faziam certas facções com que colaboravam”, todos eles, segundo Miceli, “acabaram se tornando modelos de excelência social da classe dirigente da época à medida que suas obras se converteram em paradigmas do pensamento político do país” (ibid.). Nesse sentido, deixa de reconhecer a dimensão de conflito inscrita na formulação das ideias, como se todas defendessem interesses gerais da sociedade.

Pode-se fazer a esse respeito, três ponderações de ordem teórico-metodológica. A primeira, como já observamos, é que parecendo não distinguir “método” e “objeto”, Miceli tende a confundir, na tentativa de firmar a especificidade da sua proposição metodológica, o interesse por textos, ideias e seus efeitos sociais e políticos com a aceitação das veleidades dos intelectuais a respeito do seu papel na sociedade. O problema, naturalmente, não é idiossincrático, mas de método. Pois, se os estereótipos da representação social dos intelectuais podem levar a simplificações da complexidade interna das suas obras, não é preciso concordar com a premissa da autonomia do texto para reconhecer que as ideias possuem um fundamento que ultrapassa a experiência ou mesmo o domínio conceitual de indivíduo.

A segunda ponderação é a de que recusar a ideia de autonomia da obra não implica necessariamente aceitar a tese do condicionamento da sociedade sobre as ideias como algo já dado de antemão, não importando aqui se os condicionantes são entendidos em termos econômicos, políticos, institucionais ou biográficos. Por isso também a visão disjuntiva entre as abordagens chamadas *textualistas* e *contextualistas* que se apresentam, em grande medida, como concorrentes no debate contemporâ-



neo (Pontes, 1997), talvez possa ser relativizada. Tomadas de modo disjuntivo, ambas as posturas podem acarretar ordenações que, ao lado de inegáveis méritos, não deixam também de apresentar certos limites simplistas. Assim, mesmo reconhecendo as diferenças entre aquelas perspectivas, é possível sugerir que, no lugar da escolha exclusiva entre *texto* e *contexto*, a sociologia dos intelectuais também exige que se reconheça e se qualifique a tensão existente entre estes termos, na medida em que ela é constitutiva da própria matéria que cumpre à análise ordenar.

A terceira ponderação diz respeito ao fato de que se a ideia de “cooptação”, que como discutimos anteriormente adquire sentido no horizonte de uma sociologia classista, pode ser explicativa do intercâmbio entre as forças sociais que se organizam nas estruturas de poder e os intelectuais, quando estes são tomados pelos seus laços familiares, pessoais ou sociais, o mesmo não se verifica quando se tem em vista os seus escritos. Não porque estes sejam autônomos, mas porque, como argumentamos anteriormente, eles ultrapassam a estrita circunscrição social. O problema foi assinalado por Antonio Candido que insistiu tanto no equívoco de considerar o trabalho simbólico dos intelectuais como resultado direto ou transposição de suas experiências pessoais, quanto na necessidade de se distinguir analiticamente a situação de dependência do intelectual que “serviu” daquele que “se vendeu” ao poder (Candido, 2001:74). Nosso ponto, em todo caso, é que as ideias não operam apenas no sentido cognitivo, mas também no normativo, e são passíveis de tradução em ações pelos indivíduos e grupos na luta política, independente mesmo da sua consistência lógica interna, das intenções manifestas ou latentes dos intelectuais, mesmo para além do seu contexto original.

A recusa da sociologia dos intelectuais de Sergio Miceli em operar com as ideias e com os possíveis sentidos que estas assumem no processo social, dadas as suas interações e correlações com outras forças sociais, parece repousar, de fato, em duas premissas gerais. De um lado, que o “contexto” fornece – diretamente e apenas nesse sentido – o substrato do “texto”; de outro, que são as próprias intenções – ou como prefere “interesses” – do autor subjacentes ao “texto” que revelam as convenções sociais de que lança mão em meio ao trabalho de dominação simbólica. É claro que se trata de problema controverso, não apenas porque todo discurso ou narrativa sobre intelectuais é, num certo plano, normativo, como também porque as várias maneiras de se conceber a

importância ou não dos textos – clássicos ou não – nas Ciências Sociais correspondem, em geral, a perspectivas determinadas sobre o próprio caráter da vida social. E a negação da relevância da “interpretação textual para as Ciências Sociais”, como naquelas convenções acima referidas, parece mesmo repousar num tipo também geral de “confiança empírica na transparência do mundo social” (Alexander, 1999:77).

Como qualquer pesquisa sobre intelectuais tanto assume alguma imagem geral da sociedade, quanto seus próprios resultados lhes acrescentam ou subtraem plausibilidade, pode-se dizer que a crença, em parte generalizada na Sociologia contemporânea, de que ideias são pouco relevantes nos processos de mudança social, a despeito de uma dimensão potencialmente crítica, já que voltada contra a pretensão das ideias de governar soberanamente o mundo, acaba por obscurecer seu papel como forças sociais reflexivas. Da nossa perspectiva, a sociedade não se realiza desacompanhada das interpretações de que é objeto e, mais do que isso, as interpretações proporcionam significado à vida social, pesadas inclusive suas veleidades, possibilidades e limites efetivos. Por isso faz-se necessário voltar, principalmente no caso brasileiro, às (não por acaso assim chamadas) “interpretações do Brasil”, uma vez que elas também operam na orientação das condutas dos atores sociais, na organização da vida social, nos processos de mudança e nas relações de poder que isso sempre implica.

Daí que o desafio analítico central para uma sociologia dos intelectuais seja, a nosso ver, nada menos do que completar o movimento característico da Sociologia do Conhecimento<sup>7</sup>. Esta definiu a tarefa do analista das ideias, valores, formas, representações, enfim, do intangível, como sendo a de esclarecer os processos de sua constituição social e as relações mais ou menos condicionadas que mantêm com os grupos sociais e as sociedades que as engendram. Mas as tentativas de desmistificação através da exposição da matriz dos seus interesses não se mostraram capazes de estancar as veleidades de que os intelectuais são capazes de nutrir sobre si próprios, dada a tenacidade com que a própria sociedade brasileira, tão profundamente marcada que está por um processo de formação autocrático, tem instigado a participação dessas suas minorias – o que, aliás, pode ser indicativo da continuidade das polêmicas em torno do próprio *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil*<sup>8</sup>.

Por isso, agora, com base em algumas das conquistas da própria Sociologia do Conhecimento, é preciso desfazer-nos de princípios formais

prévia e fixamente estabelecidos, como “idealismo” ou “materialismo”, “representações” ou “práticas”, “texto” ou “contexto”. Em seu lugar, é preciso buscar tipos especiais de correspondência que abram ao pesquisador a possibilidade de investigar e de qualificar as múltiplas conexões de sentido que as ideias podem manifestar na sociedade, dependendo das circunstâncias históricas e da força social que assumem em relação a diferentes fatores, materiais e imateriais. Não se trata de assimilar, ou reduzir, relações sociais às suas formas expressivas, mas antes de perseguir a comunicação reflexiva existente entre elas a partir também da produção dos intelectuais. Esta, como o trabalho simbólico de outros grupos sociais, esconde e revela nada mais e nada menos do que aspectos cruciais das suas sociedades, e são sempre passíveis de serem sociologicamente qualificados e compreendidos. Tarefa tão mais urgente na medida em que representa condição para, parafraseando Sergio Miceli (2001a:79), “esclarecer os dilemas que hoje enfrentamos como herdeiros de uma tradição que pesa tanto mais enquanto não nos dispusermos a encará-la de frente e a refrear a dosagem de clichês na apreciação de seu legado”.

(Recebido para publicação em junho de 2009)

(Versão definitiva em dezembro de 2010)

## NOTAS

1. Segundo sugere o próprio Miceli: “fui me convencendo de que talvez a maior resistência ao argumento que elaborara a respeito dos intelectuais brasileiros tinha a ver com seu retrato de corpo inteiro, dissecados nas repercussões sociais e simbólicas de sua sexualidade, revirados em suas mazelas e expedientes, flagrados nos espaços de sociabilidade em que de fato se moviam e de onde extraíam a matéria-prima de suas obras e tomadas de posição” (2001c:411).
2. Para uma discussão sobre as condições sociais da circulação internacional das ideias e as possibilidades e limites da “importação e exportação intelectual”, ver o próprio Bourdieu (2002a).
3. Retomamos de Bastos (2006) as formulações sobre Gilberto Freyre.
4. O livro anunciado é *Jazigos e Covas Rasas*, que se constituiria no 4<sup>o</sup> volume de *Introdução ao Estudo da Sociedade Patriarcal no Brasil*. O texto não chegou a ser terminado, conhecendo-se somente fragmentos do mesmo.
5. Miceli comenta ainda outros livros: *Guardiães da Razão: Modernistas Mineiros* (1994), de Helena Bomeny; *História e Historiadores: A Política Cultural do Estado Novo* (1996), de Angela de Castro Gomes; *Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro* (1997), de Luís Rodolfo Vilhena; e *Destinos Mistos: Os Críticos do Grupo Clima em São Paulo* (1998), de Heloísa Pontes.
6. Como sugere, por exemplo, com relação aos romances e romancistas da década de 1930: “Pertencendo quase sempre a famílias de proprietários rurais que se arruinaram, os romancistas e seus heróis não têm outra possibilidade senão a de sobreviver à custa de empregos no serviço público, na imprensa e nos demais ofícios que se ‘prestam às divagações do espírito’. Dessa posição em falso entre dois mundos, os heróis desses romances extraem a matéria-prima de que se nutrem tanto suas veleidades literárias, quase sempre exteriorizadas seja sob a forma de diários mantidos em segredo, seja sob a modalidade de escritos encomendados por jornais e políticos venais” (id., 2001a:160).
7. Para um aprofundamento da questão, ver Botelho (2005).
8. São exemplos recentes dessa continuidade as numerosas matérias de que foi objeto na mídia impressa o volume *Intelectuais à brasileira* (2001) sendo o livro em questão reeditado junto a outros trabalhos de Miceli sobre o tema, recepção pouco comum para um livro acadêmico, mas talvez favorecida também pelo fato de que naquele momento a Presidência da República era ocupada justamente por um intelectual. E no caso de Fernando Henrique Cardoso, como observou Afrânio Garcia Jr., “a condição de sociólogo foi apresentada durante toda a campanha eleitoral como prova de sua capacidade de afrontar o desafio da mundialização dos mercados e ao mesmo tempo combater a miséria crescente de parte considerável da população do país” (Garcia Jr., 2004:285). E, mais ainda, a qualidade de sociólogo “foi lembrada cada vez que quis pôr em relevo sua condição de intelectual, buscando se diferenciar de outros profissionais e especialistas da política cuja única preocupação seria a preservação de seus mandatos eletivos” (id., 2004:285-286). Tudo teria se passado, em suma, “como se, para ser reconhecido como homem de Estado, fosse necessário mobilizar a crença na ficção de ser um perito em todos os debates sobre o futuro da nação e seu peso na cena internacional. Um livro com uma entrevista sua, publicado no

exercício do mandato, não se intitula *O Presidente Segundo o Sociólogo* (1998), traíndo claramente a pretensão de acumular os benefícios da legitimidade intelectual e os da legitimidade política?" (id., 2004:286).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Jeffrey C. (1999), "A Importância dos Clássicos", in A. Giddens e J. Turner (orgs.), *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora da Unesp, pp. 23-90.
- BASTOS, Elide Rugai. (2006), *As Criaturas de Prometeu. Gilberto Freyre e a Formação da Sociedade Brasileira*. São Paulo, Global.
- \_\_\_\_\_. (2002), "Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista", in S. Miceli (org.), *O que Ler na Ciência Social Brasileira, 1970-2002*. São Paulo/Brasília, Anpocs/Editora Sumaré/Capes, pp. 183-232.
- BOTELHO, André. (2005), *O Brasil e os Dias. Estado-nação, Modernismo e Rotina Intelectual*. Bauru, SP, Edusc.
- \_\_\_\_\_. (2002), "Anatomia do Medalhão". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº 50, pp. 163-166.
- BOURDIEU, Pierre. (2003), "A Ilusão Biográfica", in *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação*. Campinas, SP, Papirus.
- \_\_\_\_\_. (2002), *As Regras da Arte*. São Paulo, Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (2002a), "As Condições Sociais da Circulação Internacional das Idéias". *Revista Enfoques online*, vol. 1, nº 1.
- \_\_\_\_\_. (1989), "A Gênese dos Conceitos de *Habitus* e de Campo", in *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, pp. 59-74.
- \_\_\_\_\_. (1984), *The Distinction: A Social Critique of the Judgment of Taste*. Cambridge, Harvard University Press.
- \_\_\_\_\_. (1974), "Campo do Poder, Campo Intelectual e *Habitus* de Classe", in *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, pp. 183-202.
- CANDIDO, Antonio. (2001), "Prefácio", in S. Miceli, *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 71-75.
- FERNANDES, Florestan. (1980), "Desenvolvimento Histórico-social da Sociologia no Brasil", in *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, pp. 25-49.
- \_\_\_\_\_. (1975), *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1965), *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (2 vols.). São Paulo, Dominus/Edusp.

- FREYRE, Gilberto. (1981), *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano* (6ª ed.). Rio de Janeiro, José Olympio.
- . (1951), *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano* (2ª ed.). Rio de Janeiro, José Olympio.
- GARCIAJR., Afrânio. (2004), “A Dependência da Política: Fernando Henrique Cardoso e a Sociologia no Brasil”. *Tempo Social*, vol. 16, nº 1, pp. 285-300.
- MICELI, Sergio. (2001), “Poder, Sexo e Letras na República Velha (Estudo clínico dos Anatolianos)”, in *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 13-68.
- . (2001a), “Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)”, in *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 69-291.
- . (2001b), “Biografia e Cooptação (O Estado Atual das Fontes para a História Social e Política das Elites no Brasil)”, in *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 345-356.
- . (2001c). “A Construção do Trabalho Intelectual”, in *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 403-416.
- . (1999), “Intelectuais Brasileiros”, in S. Miceli (org.), *O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)* (2ª ed.). São Paulo/Brasília, Editora Sumaré/Anpocs/Capes, pp. 109-147.
- . (1988), *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- PÉCAUT, Daniel. (1990), *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação*. São Paulo, Ática.
- PONTES, Heloisa. (1997), “Círculo de Intelectuais e Experiência Social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, nº 34, pp. 57-69.

**ABSTRACT**

*For a Sociology of Intellectuals*

The study retraces and discusses Sergio Miceli's contribution to the sociology of intellectuals. The hypothesis is that despite the focus in his research on the internal elements in intellectuals' strategies for insertion, Miceli leaves the tension open in the assumption of autonomy in an "intellectual field" and its relations with the broader social process. We highlight his proposal of biography as the analytical locus, discussing (1) the ambiguities deriving from the lack of distinction between biography as a source and as a method, (2) the class-based nature of his sociology of intellectuals, and (3) the emphasis on the heterogeneity underlying the macro-sociological categories. We discuss other views that compete with Miceli's perspective and argue for a new understanding of ideas as reflexive social forces and as part of the agenda in contemporary sociology.

**Key words:** intellectuals; ideas; social thought; contemporary Brazilian sociology

**RÉSUMÉ**

*Pour une Sociologie des Intelectuels*

Dans cet article, on reprend et discute la contribution de Sergio Miceli à une sociologie des intellectuels. On part de l'hypothèse que, malgré tout son intérêt pour les recherches sur les éléments internes des stratégies d'insertion des intellectuels, l'analyse de Miceli ne parvient pas à envisager l'autonomie d'un "champ intellectuel" et de ses rapports avec le processus social plus large. On souligne sa proposition de biographie en tant que locus analytique, en examinant 1) les ambiguïtés issues du manque de précision entre biographie comme source et comme méthode, 2) le caractère de classe de sa sociologie des intellectuels et 3) l'accent mis sur l'hétérogénéité sous-jacente aux catégories macrosociologiques. À la lumière des perspectives qui concurrencent celles de Miceli, on suggère une nouvelle compréhension des idées comme forces sociales de réflexion et comme élément d'un programme de la sociologie contemporaine.

**Mots-clés:** intellectuels; idées; pensée sociale; sociologie brésilienne contemporaine